

10º ENCONTRO ABCP

Belo Horizonte, 30/08 – 02/09/2016

AT Gênero, Democracia e Políticas Públicas

Lei de Cotas 20 anos depois: um balanço do empoderamento local. O caso das vereadoras das capitais brasileiras (1996 – 2016)

Maria Lúcia Moritz/UFRGS

Resumo: As mulheres tiveram muitas conquistas ao longo do século XX, entretanto a desigualdade política de gênero é uma constante e elas ainda enfrentam muitas dificuldades para participar do poder. O campo da política permanece como um espaço predominantemente masculino no mundo contemporâneo e no Brasil, essa situação não é diferente. Na tentativa de reverter essa desvantagem das mulheres, em especial, a sub-representação política feminina, o Congresso Nacional brasileiro aprovou a “lei de cotas” em 1995. Desde sua implementação, uma extensa e profícua discussão tem sido travada, dentro e fora da Academia, sobre a (in)eficácia das cotas. Propomos contribuir com este debate e oferecer novos dados empíricos com vista a verificar os avanços obtidos pelas mulheres na esfera da representação parlamentar. Nossa escolha recai sobre as vereadoras das capitais eleitas nos últimos 20 anos. A justificativa para o foco no âmbito municipal é porque a vereança costuma ser a porta de entrada da maioria das mulheres na política e onde elas iniciam suas carreiras. O acesso ao Legislativo é fundamental para o processo de empoderamento das mulheres, tendo em vista que este é um espaço decisivo para interferir nas decisões políticas e na construção de políticas públicas, especialmente àquelas direcionadas às questões de gênero. Em função do amplo espectro temporal (1996 – 2012) e espacial, propomos investigar as vereadoras eleitas em cinco capitais, Manaus, Fortaleza, Goiânia, Rio de Janeiro e Porto Alegre. A seleção dessas cidades atendeu ao critério de representatividade, ou seja, foram as capitais que mais elegeram mulheres no referido período, totalizando 136 eleitas. A hipótese norteadora do presente trabalho é que a maioria das mulheres que se elegem vereadoras possuem participação política anterior, seja em movimentos sociais ou não. A metodologia adotada é a quali-quantitativa e os dados serão debatidos comparativamente levando em consideração as particularidades e similaridades em termos demográficos, partidários e regionais.

Lei de Cotas 20 anos depois: um balanço do empoderamento local. O caso das vereadoras das capitais brasileiras (1996 – 2016)

Maria Lúcia Moritz¹

I. Introdução

Nas últimas décadas é visível as conquistas obtidas pelas mulheres, entretanto sua participação nas instâncias decisórias ainda é bastante tímida e tem avançado muito lentamente. Com o intuito de reverter essa histórica desvantagem política de gênero, movimentos feministas e de mulheres, em diversos países, passaram a debater e reivindicar a

adoção de ações afirmativas. A lei de cotas é fruto dessas reivindicações e a década de 90 pode ser considerada um marco na ampliação dos direitos das mulheres. Foi a partir da Conferência de Beijing (1995) que a política de cotas disseminou-se por vários países da América Latina, entre eles o Brasil.

Para fins do presente trabalho, vamos focar o recorte da sub-representação política das mulheres e a possibilidade de superação através da adoção de cotas. O sistema de cotas tem caráter transitório e após período determinado ou ao cumprir a meta estipulada, ele se extingue. Porém, a adoção dessa medida por si só não é suficiente para reverter a situação de desvantagem das mulheres na esfera política. Também são necessárias ações afirmativas em outras instâncias (partidárias e sindicais) visando criar condições mais favoráveis ao atendimento de outras reivindicações que venham a afastar os vários obstáculos enfrentados pelas mulheres tanto na participação como na representação política.

O binômio sub-representação feminina e impacto das cotas já foi bastante analisado pela literatura e algumas respostas já foram obtidas, mesmo não havendo consenso em torno de todas elas. Entre as várias abordagens sobre a eficácia das ações afirmativas as autoras Archenti e Tula (2008) afirmam que

Pueden identificarse três tipos de condicionamientos para la efectividad de las leyes de cuotas: a) ciertos rasgos de la cultura política, b) las características particulares del sistema electoral, y c) los contenidos de las normas que establecen la acción afirmativa (ARCHENTI Y TULA, p. 2008, 14).

De acordo com as autoras a vertente culturalista está associada aos valores, costumes e crenças existentes na sociedade e o quanto essa dimensão subjetiva condiciona a prática política. Especialmente no contexto latino-

¹ Professora do Departamento e Programa de Pós Graduação em Ciência Política/UFRGS

americano, onde predomina uma “cultura política patriarcal”, isso afeta negativamente a eficácia das cotas na medida em que as mulheres podem sofrer certos constrangimentos. Por exemplo, depois de eleitas, as mulheres são forçadas pelos partidos a renunciar ao cargo, abrindo a vaga para que os suplentes homens venham a assumir o mandato. Ou ainda, no momento de compor a nominata do partido as escolhas das candidatas podem ocorrer em função do parentesco e/ou indicar candidaturas com pouca viabilidade eleitoral.

A eficácia da lei de cotas também é impactada pelo seu viés normativo, isto é, se a lei é uma recomendação ou uma obrigação e se ela contempla, ou não, o chamado “mandato de posição”. Uma legislação será mais efetiva quando tiver o caráter de obrigatoriedade e/ou prever sanções em caso de seu descumprimento.

Do ponto de vista institucional algumas características do sistema partidário e eleitoral são importantes para o resultado, mais ou menos, efetivo das cotas. Entretanto, estudos demonstram que algumas associações são mais consistentes e outras ainda carecem de comprovação empírica. Por exemplo, não há convergência de opinião quanto ao impacto positivo nas candidaturas femininas da correlação entre o tipo de lista (aberta ou fechada) e a magnitude dos distritos² (grandes ou pequenos). A literatura também destaca que o sistema proporcional associado ao sistema pluripartidário são características mais favoráveis à eleição das mulheres. A ideologia partidária é dos poucos consensos existentes e os estudos vem sinalizando que as candidatas têm mais chance de se elegerem se estiverem vinculadas a partidos grandes e/ou filiadas a legendas de esquerda.

Em tese, o arcabouço institucional brasileiro (sistema proporcional, lista aberta e pluripartidarismo) teria características favorecedoras à eleição de mulheres, entretanto, a representação feminina ainda é bastante tímida. Isso nos leva a pensar na interação de um conjunto de variáveis para dar conta das razões da sub-representação política das mulheres. Aos fatores institucionais devemos incorporar outros aspectos e que também produzem impacto sobre a reserva de vagas por gênero, entre eles devemos levar em consideração o recrutamento partidário, o financiamento de campanha, a trajetória política das candidatas e sua rede de apoio. Clara Araújo (2009) quando aponta o peso e a importância dos aspectos socioeconômicos, culturais e políticos (institucional) na decisão das mulheres de se candidatarem a postos eletivos:

Os culturais destacam os valores mais gerais que influenciam uma dada sociedade, bem como uma cultura de gênero mais ou menos igualitarista (NORRIS, 1993). Os sócioeconômicos remetem a alguns indicadores, como escolaridade, renda e emprego. Já a dimensão política é tratada mais do ponto de vista das instituições partidárias e eleitorais e dos tipos de sistemas de representação (JONES, 2008, p.79). Não há, contudo, consenso sobre o peso

² D. Nohlen (1994) faz a seguinte classificação: grandes (mais de 10 vagas), médios (entre 6 e 10) e pequenos (entre 2 e 5 representantes).

de cada um deles na definição das disposições e das chances das mulheres para concorrer e se eleger a um cargo legislativo (ARAÚJO, 2009, p. 25).

A partir de outra perspectiva, Miguel e Biroli (2010) contribuem com o debate e destacam três eixos explicativos para as razões da sub-representação política feminina: (a) o caráter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais; (b) os padrões culturais e de socialização; e (c) os constrangimentos estruturais à participação política das mulheres. O caráter cultural refere-se à construção do espaço político como masculino e dessa forma inibidor do surgimento da “ambição política” entre as mulheres. Também Speck e Sacchet (2012) destacam a importância da “ambição” na perspectiva eleitoral feminina, de acordo com os autores, *as mulheres seriam também educadas para uma vida menos autônoma e distante da cultura da ambição necessária para entrar na disputa política* (SPECK e SACCHET, 2012, p.168).

No que se refere aos constrangimentos estruturais, Miguel e Biroli (2010) argumentam que, via de regra, as mulheres tem menos acesso aos recursos econômicos e menos tempo livre do que os homens para dedicarem-se à política. Ambos recursos são fundamentais para aqueles que entram em uma disputa eleitoral, porém as mulheres já chegam em desvantagem a esse processo político e frente a isso, suas chances de vitória estariam reduzidas. Também abordando a importância da variável “tempo livre”, Felisbino et al (2012) afirmam que,

as atividades laborais das mulheres comprometem uma relação mais estreita com os partidos e sabemos que a participação no seio da legenda partidária é importante para criar laços nas disputas políticas. Em outras palavras, se a interação da mulher com o partido é baixa, conseqüentemente diminui as chances do sexo feminino de participar das atividades políticas. (FELISBINO et al, 2012, p.223)

Além de dinheiro e tempo livre, redes de contatos é outro importante recurso para participar da política e disputar cargos eletivos, independente do gênero. A possibilidade de construir uma rede de contatos depende da inserção dos indivíduos no mundo do trabalho e do seu ativismo social, tanto em movimentos sindicais ou associações comunitárias. Como muitas vezes as mulheres estão mais afastadas dessas atividades, elas tem mais dificuldade em construir essas redes. De acordo com Miguel e Biroli (2010, p.668) *a importância de tais contatos explica por que, para as mulheres que ingressam na carreira política, o capital de tipo familiar – as redes de apoios herdadas de pais, irmãos ou maridos – é tão importante*. A falta de um ou mais desses recursos afeta diretamente aqueles que ingressam na carreira política.

Com o propósito de oferecer uma contribuição sobre os avanços obtidos pelas mulheres na esfera da representação parlamentar, neste trabalho, apresentamos dados empíricos sobre as carreiras femininas no âmbito local.

Para tal foram selecionadas vereadoras eleitas em Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre e Rio de Janeiro, entre 1996 e 2012. Nossa escolha recai sobre o âmbito municipal porque a esfera local é menos refratária à participação política feminina. E o foco no Legislativo é porque este Poder é entendido como uma instituição fundamental para o processo de empoderamento das mulheres, tendo em vista que este é um espaço decisivo para interferir nas decisões políticas e na construção de políticas públicas, especialmente àquelas direcionadas às questões de gênero. A hipótese norteadora é que a maioria das mulheres que se elege vereadora possui participação política anterior, ou seja, ela está envolvida com algum tipo de ativismo. Portanto, são mulheres com inserção social e com algum capital político. Como desdobramento dessa hipótese, acreditamos que a vereança é a porta de entrada das mulheres para o campo da representação e a partir daí elas investem e desenvolvem suas carreiras políticas. Além desta introdução, o texto está dividido em duas seções: na primeira apresentamos um panorama das vereadoras eleitas nas cinco capitais brasileiras; e a seguir debatemos a forma de ingresso na política e a permanência/progressão das mulheres na carreira. Finalizamos com algumas notas conclusivas.

II. Panorama das Vereadoras das Capitais Brasileiras

Como desdobramento da Conferência de Beijing e da organização dos movimentos feministas e de mulheres, em setembro de 1995, o Congresso Nacional brasileiro aprovou o sistema de cotas.³ A Lei aprovada previa que 20% das vagas de cada partido ou coligação seriam destinadas às candidaturas femininas, norma essa que já foi aplicada na eleição municipal de 1996. Posteriormente, uma nova legislação foi aprovada⁴, ampliando para 25% e 30% o índice de reserva de vaga nas listas partidárias. Esses percentuais serviram de referência para os pleitos de 1998 e 2000, respectivamente.

Cabe destacar que, inicialmente, a lei de cotas usava o termo “reserva de vaga”, o que abriu brecha para que os partidos deixassem de cumprir plenamente o proposto. Na prática, entre 1996 e 2008, quase nenhum partido no Brasil atingiu o percentual mínimo de candidaturas de mulheres, apontando assim para a necessidade de reformulação da legislação em vigor. Novamente por pressão das organizações feministas, a norma legal passou por alterações em 2009⁵. Entre as mudanças ocorridas, foi introduzido o verbo “preencher” em substituição ao anterior, “reservar”, definindo assim a obrigatoriedade dos partidos e coligações em seguir o percentual mínimo (30%) definido em lei.

³ Trata-se da Lei n. 9.100, aprovado em 29 de setembro de 1995. A autora do projeto foi a então deputada federal Marta Suplicy (PT/SP).

⁴ Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997.

⁵ Lei n. 12.034, aprovada em 29 de setembro de 2009. Essa legislação também prevê reserva de tempo para as mulheres no horário eleitoral gratuito e a obrigação em destinar uma parte da verba do Fundo Partidário para promover formação política para as mulheres.

Nas eleições municipais de 1992 foram eleitas 3.952 vereadoras, quatro anos depois, em função da lei de cotas, houve um salto no número de mulheres que conquistaram vagas nas Câmaras Municipais. Elas passaram de 7,4% para 11,1% dos assentos nesses Legislativos. Desde então, a representação política das mulheres na esfera local vem crescendo, porém, em ritmo muito lento, conforme fica evidenciado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Percentual de Vereadoras x Eleição

	1992	1996	2000	2004	2008	2012
% eleitas	7,4	11,1	11,6	12,7	12,5	13,3
N vereadoras	3952	6536	7001	6555	6504	7648

Fonte: TSE

Mesmo que a cada eleição municipal a representação feminina venha se ampliando, o percentual de mulheres eleitas ainda é pequeno e está muito longe dos 30% de candidaturas definido pela legislação brasileira. Essa discrepância entre o percentual de candidatas que se apresentam para a disputa eleitoral e o índice de mulheres que efetivamente se elege também se repete nas esferas regional e federal. Uma resposta plausível para isso, entre outras razões, é que muitos partidos lançam “candidatas laranjas” ou candidaturas nada competitivas apenas para cumprir a exigência legal das cotas.

Os dados acima apontam para um cenário geral, mas o índice de elegibilidade de mulheres para as Câmaras Municipais varia muito entre as cinco regiões brasileiras, onde o Norte e Nordeste apresentam os melhores desempenhos. Ao analisar as chances de eleição das mulheres para o cargo de vereador e sua correlação com o nível de desenvolvimento dos municípios, José E. Alves et al (2013) afirma que,

As regiões Norte e Nordeste, (...) continuam muito à frente das outras regiões mesmo dezesseis anos após a inclusão da primeira política de cotas nas eleições, mostrando que a relação entre desenvolvimento econômico e menor desigualdade de gênero não se aplica para o caso das eleições municipais. A região Sul conseguiu reverter a inferioridade em relação à região Sudeste, deixando esta (...) com apenas 10,9% das mulheres eleitas – o percentual mais baixo do Brasil. (J. E. ALVES et al, 2013, p.55)

Também entre as 26 Unidades federativas há grande oscilação nos índices de representação parlamentar feminina. Por exemplo, enquanto o Rio Grande do Norte tem o melhor desempenho e elege 20,5% de vereadoras, o Espírito Santo encontra-se no outro extremo, elegendo apenas 7,5% de mulheres para o mesmo cargo. Mesmo tomando isoladamente o desempenho desses Estados,

eles reforçam as afirmações feitas pelo pesquisador em seu estudo acima destacado. Seguindo no caminho de desagregar a unidade de análise, podemos perguntar se também encontraremos essa mesma tendência nas capitais brasileiras. Ou seja, as capitais dos estados do Norte e do Nordeste também elegem mais mulheres que as do Sul e Sudeste? Antes de avançarmos na nossa principal proposta de análise, procuraremos responder esse questionamento. Como já foi dito na seção anterior, nossa proposta é analisar cinco capitais, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Essa escolha atende dois critérios, geográfico e de representatividade, na medida em foram selecionadas as capitais que mais elegeram mulheres entre 1996 e 2012. Nesse período as mulheres conquistaram 136 vagas nesse conjunto de Câmaras Municipais.

Já foi mencionado que, em termos gerais, a lei de cotas impactou positivamente no resultado eleitoral do pleito de 1996, entretanto, ao nos debruçarmos sobre os dados desagregados por capitais percebemos que há um movimento distinto. Isto é, em três capitais (Fortaleza, Manaus e Goiânia) a representação das mulheres diminuiu, em uma (Porto Alegre) houve crescimento e apenas o Rio de Janeiro manteve o mesmo número de vereadoras entre uma eleição e outra. Os dados podem ser visualizados na próxima tabela.

Tabela 2 – Distribuição Vereadoras x Capital x Eleição

Capitais	1992	1996	2000	2004	2008	2012
Rio de Janeiro	11,9%	11,9%	19,0%	26,0%	25,5%	15,7%
Porto Alegre	9,1%	15,1%	18,2%	19,4%	11,1%	13,9%
Fortaleza	12,2%	9,8%	9,8%	12,2%	9,8%	16,3%
Manaus	12,1%	9,1%	12,1%	17,1%	17,1%	14,3%
Goiânia	9,50%	6,1%	3,0%	11,8%	8,60%	11,1%

Fonte: TSE

Os percentuais acima demonstram que o Rio de Janeiro foi a cidade onde as mulheres tiveram o melhor desempenho nas eleições municipais, chegando a ocupar $\frac{1}{4}$ dos assentos da Câmara Municipal em duas legislaturas (2004 e 2008). Mas no pleito de 2012 há uma queda significativa na representação feminina, as razões disso merece um estudo a parte, o que foge aos propósitos do presente trabalho. Entre 1996 e 2012 haviam 236 vagas em disputa no Legislativo do Rio de Janeiro e as mulheres conquistaram 47 dessas cadeiras, ou seja 20%. Outra capital em que a participação política das mulheres tem destaque é Porto Alegre. Por três eleições seguidas houve crescimento na bancada feminina, em parte, esse aumento pode ser atribuído ao PT que nos anos de 1996 e 2000 teve a metade da sua bancada composta por mulheres, contribuindo assim para a ampliação da representação política desse grupo. Em números absolutos, Porto Alegre elegeu 27 vereadoras (15,5%) dentre os 174 assentos disponíveis no referido período.

Dentre as cinco capitais estudadas, Fortaleza se mostra com o desempenho mais oscilante: com a aplicação da lei das cotas a bancada feminina diminuiu de tamanho, depois cresceu, voltou a encolher, até que no pleito de 2012 deu um salto e apresentou um crescimento de 6,5 p.p no número de vagas conquistadas pelas mulheres. Dos 207 assentos existentes na Câmara Municipal entre 1996 e 2012, as mulheres ocuparam apenas 24 (11,6%). Vinte e quatro também foi o total de vereadoras que Manaus elegeu, mas essa capital tem um desempenho nas urnas proporcionalmente melhor (14%) que Fortaleza, pois no Legislativo de Manaus há menos vagas em disputa (171). Goiânia, a mais nova dentre as cidades selecionadas, é onde as mulheres apresentam o pior desempenho, apenas 14 vereadoras foram eleitas nas últimas cinco eleições municipais. Apesar desse baixo desempenho, na eleição de 2004 houve um expressivo crescimento no número de vereadoras para a Câmara Municipal, passando de 3% para 11,8% das vagas.

Três aspectos chamam a atenção a partir dos resultados apresentados. Primeiro, mesmo que tenha havido desde 1996 uma melhora nos índices de vereadoras eleitas em todas as cinco Câmaras Municipais, a representação política das mulheres permanece em um patamar muito baixo. O segundo ponto é que no ano de 2004 houve um ponto de inflexão, aumentando o número de vereadoras em todas as capitais selecionadas. Isso se deve a uma alteração legal que ampliou o número de vagas nas Câmaras Municipais, dessa forma mais vagas disponíveis acabou por favorecer a eleição de mais mulheres.⁶ Esse resultado poderia não ter ocorrido, pois mais vagas em disputa pode tornar a competição mais acirrada e sendo assim, haveria a necessidade de mais capital econômico para investir na campanha eleitoral. (ARAÚJO, 2006a, 2006b, 2009 e 2012). Cabe destacar que mais competitividade e maior aporte financeiro seriam condições desfavoráveis às candidaturas femininas.

O terceiro ponto, e não menos preocupante que os anteriores, é que nenhuma das cinco capitais apresenta uma curva de crescimento constante na base das mulheres detentoras de mandato parlamentar. O resultado saído das urnas nos cinco pleitos municipais tem como marca um desempenho pendular, ora uma capital avança, ora outra recua.

Retomando a conclusão a que chega Alves (2013) em seu estudo que envolve 5.562 municípios brasileiros, onde estados do Norte e Nordeste elege mais mulheres, podemos inferir que para o caso das capitais selecionadas, há um resultado diferente, pois há uma correlação positiva entre desenvolvimento econômico e menor desigualdade de gênero. Onde, Rio de Janeiro e Porto Alegre são os exemplos mais explícitos. Entretanto, se faz necessário um estudo

⁶ A Câmara Municipal do Rio de Janeiro tinha 42 vagas e ampliou para 50; no Legislativo de Porto Alegre eram 33 e passou para 36 assentos; em Manaus eram 33 e ampliou para 35 vagas; e em Goiânia passou de 33 para 34 cadeiras na Câmara de Vereadores.

que recorte as 26 capitais do país e que possibilite de forma mais consistente validar, ou não, a relação entre essas duas variáveis.

Tendo em vista que os homens continuam monopolizando os partidos e as mulheres enfrentam muitos obstáculos na vida partidária, parece-nos importante analisar o pertencimento ideológico das vereadoras eleitas nas capitais pesquisadas. Estudos vem sinalizando que as mulheres têm mais chance de se elegerem se estiverem filiadas a partidos de esquerda (FELISBINO et al, 2012; MORITZ e SCHULZ, 2013; SCHULZ e MORITZ, 2015). Isso pode ser atribuído a três fatores, (a) possível maior incorporação das mulheres na elite partidária; (b) sua histórica permeabilidade às minorias, permitindo assim que esses segmentos estejam entre seus filiados e trabalhem junto aos diversos setores sociais buscando conquistar representação política e (c) eleitorado de esquerda está mais predisposto a votar em mulheres. Sendo assim, o esperado é que a maioria das vereadoras das capitais estejam vinculadas aos partidos de esquerda. Na tabela a seguir apresentamos a identificação partidária dessas vereadoras.

Tabela 3 – Distribuição Vereadoras x Partido x Eleição

Partido	1996	2000	2004	2008	2012	Total
PMDB	3	6	4	4	5	22
PT	3	7	6	3	2	21
PSDB	4	1	2	3	2	12
PPB/PP	3	1	2	3	2	11
PFL/DEM	1	2	5	1	1	10
PTB	3	1	1	2	2	9
PCdoB	2	0	2	1	2	7
PPS	0	0	3	0	2	5
PL	0	3	2	0	0	5
PTC	0	0	0	1	3	4
PDT	0	0	1	3	0	4
PMN	0	1	1	1	0	3
PV	0	0	1	1	1	3
PSOL	0	0	0	1	2	3
Outros*	0	1	5	6	5	17
Total	19	23	35	30	29	136

Fonte: TSE

Tomando-se isoladamente o desempenho de cada partido político, temos PMDB e PT como as siglas que, em 16 anos, mais elegeram vereadoras, 22 e 21, respectivamente. Num segundo grupo, com desempenho intermediário (entre 10 e 19 eleitas), encontram-se PSDB, PPB/PP e PFL/DEM e por fim, um conjunto de 19 siglas que elegem entre uma e nove vereadoras. Novamente, o que mais chama atenção é o pífio desempenho dos partidos em geral, nenhum deles consegue formar uma bancada feminina expressiva em qualquer dos pleitos analisados. Mesmo entre os partidos grandes, detentores de muitas vagas nos Legislativos, a representação das mulheres é muito baixa. Como o tamanho dos

partidos não se revela uma variável explicativa, o mais interessante é analisar o viés ideológico como porta de entrada das mulheres na esfera representativa, conforme consta na próxima tabela.

Tabela 4 – Distribuição Vereadoras x Capital x Bloco Ideológico

Capital	Esquerda	Centro	Direita
Rio de Janeiro	4	18	25
Porto Alegre	20	4	3
Fortaleza	5	8	11
Manaus	6	2	16
Goiânia	7	5	2
Totais	42	37	57

Fonte: TSE

Mesmo sabendo da complexidade que envolve o enquadramento ideológico dos partidos no Brasil, assumimos aqui os riscos desta divisão e para o presente trabalho estamos considerando partidos de Esquerda as seguintes legendas: PT, PDT, PPS, PCdoB, PV, PSB, PMN e PSOL; ao Centro do espectro ideológico estão, PMDB e PSDB; e à Direita agrupamos um conjunto de 14 siglas, PPB/PP, PTB, PFL/DEM, PL, PTC, PTdoB, PTN, PHS, PRONA, PRB, PRP, PR, PSL e PSDC. Como foi afirmado anteriormente, partidos de esquerda são mais receptivos às candidaturas de mulheres. Tomando como referência o desempenho isolado dos partidos, essa assertiva mostra-se verdadeira, tendo no PT um claro exemplo. Entretanto, quando analisamos as legendas no eixo ideológico, fica evidenciado que o bloco centro-direita, que congrega 16 siglas, tem o domínio da representação feminina, onde de cada dez vereadoras eleitas, sete são filiadas a partidos desse campo ideológico.

Ao analisarmos o desempenho de cada bloco ideológico nas respectivas capitais alguns dados chamam a atenção. Por exemplo, os partidos de esquerda tem forte representação feminina em Porto Alegre (47,6%), enquanto que a direita se destaca, principalmente, no Rio de Janeiro (43,8%) e em Manaus (28%). O caso de Porto Alegre é emblemático, são 20 vereadoras vinculadas ao campo das esquerdas. Essa performance pode ser associada aos 16 anos que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente da prefeitura porto alegreense.⁷ Os quatro mandados consecutivos do PT refletiu positivamente no tamanho da sua bancada na Câmara Municipal e no número de vereadoras eleitas. Cabe lembrar que o viés à esquerda de Porto Alegre não é um fato recente, ainda nas décadas de 50 e 60 foram eleitos dois prefeitos do PTB, Leonel Brizola e Sereno Chaise. Usando da mesma associação entre partidos que elegem prefeitos e tamanho da bancada feminina no Legislativo, identifica-se que ela também é válida para o caso do Rio de Janeiro, capital que desde 1996 alterna prefeitos vinculados a

⁷ O PT comandou a Prefeitura de Porto Alegre de janeiro de 1989 à janeiro de 2005.

partidos do Centro (PMDB) e da Direita (PFL/DEM e PTB).⁸ Entretanto, essa correlação não é possível de ser estabelecida para as demais capitais estudadas.

Outro dado que pode revelar-se interessante é a naturalidade das vereadoras eleitas. Isto é, o fato de ter nascido na própria capital potencializa as chances de ser bem-sucedida nas urnas? Os dados coletados demonstram que mais da metade (52,6%) das mulheres que se elegeram para as Câmaras Municipais das cinco capitais são naturais da própria cidade. Talvez isso seja um indício de que a representação política em nível local seja atravessada por relações de proximidade e assim, conhecer a “sua paróquia” e estar próxima da comunidade seja uma vantagem sobre as candidatas “de fora”. As capitais que mais elegeram vereadoras nascidas no próprio município foram Manaus (71,4%) e Rio de Janeiro (68,4%). Situação distinta foi encontrada em Porto Alegre, a qual apresentou-se como a cidade mais receptiva às candidatas de outras naturalidades: 70,6% das vereadoras porto alegrenses nasceram em outros municípios do Rio Grande do Sul ou mesmo vieram de fora do estado.

III. Carreira política das vereadoras: ingresso e progressão

Dando continuidade ao estudo sobre as vereadoras eleitas nas cinco capitais, passaremos a analisar suas carreiras políticas através de duas importantes variáveis, forma de ingresso no campo político e a mobilidade na esfera da representação. Como já foi dito, entre 1996 e 2012 as mulheres conquistaram 136 vagas nas respectivas Câmaras Municipais, entretanto como várias foram se reelegendo ao longo deste período, chegamos a identificação de 81 nomes de vereadoras⁹. São essas 81 mulheres que são tomadas como referência nessa seção.

Estudos sobre Gênero e Política tem indicado que as mulheres no Brasil possuem três “portas de entrada” na política. (PINTO, 1994) Seu ingresso na política pode ocorrer através de relações familiares, de militância (social, sindical, estudantil) ou uma terceira via que aqui estamos denominando de *outsider*. Deste grupo fazem parte àquelas mulheres que adquiriram destaque na sua vida profissional (empresárias, comunicadoras, esportistas), as celebridades (cantoras, artistas) e, mais recentemente, as líderes religiosas vinculadas às igrejas (neo)pentecostais (Pastoras e Bispas). A partir das informações coletadas junto aos *sites* oficiais¹⁰ das vereadoras das capitais foi identificado que a maioria

⁸ Em 1996, Cesar Maia foi eleito prefeito pelo PMDB, foi sucedido por Luiz Paulo Conde (PFL). Em 2004 César Maia voltou à Prefeitura, dessa vez filiado ao PTB e antes de encerrar seu mandato migrou para o DEM. Em 2008 o eleito foi Eduardo Paes do PMDB, reeleito quatro anos depois.

⁹ A lista completa das 81 vereadoras encontra-se ao final, em anexo.

¹⁰ A busca de informações se deu junto aos sites das Câmaras Municipais, páginas pessoais das vereadoras e aos seus blogs durante as campanhas eleitorais. Na medida do possível, essas informações também eram confrontadas com os dados constantes junto ao Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal Superior Eleitoral.

delas ingressou na política pelos seus laços familiares. Ou seja, são “herdeiras” do espólio político dos maridos, pais ou irmãos. Entretanto, é pequena a prevalência desse grupo (35,5%) sobre as outras duas categorias. Entre as *outsiders* foram identificadas 32,9% das vereadoras e àquelas com histórico de militância totalizam 31,6%. Como se percebe as 81 vereadoras estão divididas entre as três categorias de forma muito equilibrada. A Tabela 5 mostra a distribuição das vereadoras entre as três forma de ingresso na política nas respectivas capitais.

Tabela 5: Distribuição Vereadoras x Forma de Ingresso x Capital

Capital	Forma de Ingresso na Política			Sem Informação (6,2%)
	Militância (29,6%)	Herdeira (33,3%)	<i>Outsider</i> (30,9%)	
Rio de Janeiro	2	11	7	0
Porto Alegre	12	2	3	0
Fortaleza	3	7	5	2
Manaus	4	5	5	3
Goiânia	3	2	5	0
Totais	24	27	25	5

Se por um lado há um equilíbrio na distribuição entre as três categorias, quando olhamos para cada capital identificamos um cenário com especificidades. Por exemplo, em Porto Alegre há uma situação que não se repete em nenhuma das outras capitais: há um forte predomínio de vereadoras com histórico de militância, ao todo 12 mulheres. A grande maioria dessas que possui participação política anterior à conquista do primeiro mandato, estão vinculadas aos partidos de esquerda. Ao analisar a carreira política dos deputados federais brasileiros, chilenos e uruguaios, Marengo e Serna (2007) encontraram resultado semelhante, apesar da especificidade de cada um dos objetos estudados. De acordo com esses autores, *nas bancadas dos partidos de esquerda (PT, PS, PPD, FA), mais de 70% dos deputados participaram de algum tipo de associação coletiva antes de ingressar ao Congresso.* (Marengo e Serna, 2007, p.98)

Já no Rio de Janeiro e em Fortaleza a maioria das vereadoras tem seu ingresso na política marcado pelos seus vínculos familiares. Nas duas cidades as “herdeiras políticas” são maioria. Em Manaus o cenário é um pouco distinto, as representantes femininas tem como perfil serem “herdeiras” ou *outsiders*. E em Goiânia também há uma pequena maioria de vereadoras do tipo *outsider*.

Os dados acima apresentados invalidam a hipótese levantada inicialmente, onde foi afirmado que a maioria das vereadoras possuía participação política anterior à conquista do seu primeiro mandato. O que constatamos é que menos

de 1/3 dessas mulheres tiveram algum tipo de militância na sua trajetória.¹¹ Ficou evidenciado que a principal alavanca para as mulheres se lançarem na política local e serem bem-sucedidas nas urnas está nos laços familiares e no capital político herdado de seus maridos ou pais. Estudos que tratam de candidaturas femininas destacam a importância das redes de apoios herdadas de pais, irmãos ou maridos e mostram que no Brasil o capital familiar *foi identificado como origem do capital político de 40,8% das deputadas federais brasileiras de 1987 a 2002* (Miguel e Biroli, 2010, p. 668). Porém, como ressaltam os autores, a ausência de estudos comparativos não permite avaliar o quanto esse fenômeno é uma especificidade feminina.

Independente da forma de ingresso na política, a expressiva maioria dessas mulheres manteve-se fiel ao partido pelo qual se elegeu, portanto, são mulheres com fortes vínculos partidários. Mesmo entre aquelas vereadoras que trocaram de legenda (17%), na grande maioria dos casos a migração ocorreu apenas uma vez. Essa variável é importante porque sinaliza o investimento que a representante faz na vida partidária e busca desenvolver laços para as futuras disputas eleitorais.

A outra linha investigativa refere-se à mobilidade dessas mulheres na carreira política. Ao tomarmos a vereança como a porta de entrada das mulheres no campo da representação é esperado que elas dêem continuidade às suas carreiras. Foram identificadas 27 mulheres que mantiveram-se apenas como vereadoras, neste grupo, porém, temos que isolar as nove vereadoras que conquistaram seu primeiro mandato em 2012. A partir dessa separação, constatamos que 18 mulheres conquistaram dois ou mais mandatos entre 1996 e 2012, desenvolvendo uma carreira apenas em nível local e atrelada à esfera legislativa. Não foi possível identificar quais as razões que levaram 25% das mulheres a restringirem sua atuação ao plano municipal, mas temos que ter presente que as mulheres na vida pública enfrentam dificuldades de várias ordens, desde obstáculos dentro de seus partidos até o nevrálgico ponto do financiamento de campanha.¹² Ao tratar da especificidade da inserção feminina no campo político, Miguel e Biroli afirmam, *as mulheres se defrontam com dilemas e empecilhos que lhes são próprios, para além daqueles comuns também aos homens*. (Miguel e Biroli, 2010; p.662),

Dinheiro é um aspecto que afeta tanto as candidaturas masculinas como as femininas, mas especialmente as mulheres são mais afetadas à medida que as disputas mais competitivas exigem maior quantidade de recurso econômico e elas mulheres tem menor capacidade de arrecadar fundos dada a sua entrada tardia na arena político-eleitoral. Dessa forma, em uma disputa eleitoral as

¹¹ As principais formas de militância identificadas entre as vereadoras foi: Movimento Estudantil (9), Movimento Sindical (4) e ativismo social (11) variado, desde movimentos comunitários até defesa de grupos específicos .

¹²Os autores Sacchet e Speck tem se dedicado a analisar a relação entre patrimônio financeiro e desempenho eleitoral. (2010b; 2012)

candidatas já largam em desvantagem em relação aos homens e tem suas chances de vitória diminuídas. Fecha-se um círculo vicioso que agrava ainda mais a desigualdade de gênero na arena política.

Além de ter menos acesso a recursos financeiros, as mulheres também carecem de um outro tipo de recurso: elas tem menos tempo livre para dedicar-se à política. Isso decorre da dificuldade enfrentada cotidianamente pelas mulheres em como conciliar a vida pública com as demandas da vida privada. Como afirmam Perissinotto e Miriade (2008, p.3) *o problema é que as mulheres carecem de um recurso político fundamental, qual seja, tempo para dedicar-se às tarefas partidárias.*

Excluindo o grupo acima das 18 vereadoras que se mantém na carreira local, estamos frente a uma maioria de 54 mulheres (75%) que deixa de exercer a vereança. Ou seja, duas em cada três vereadoras não permanece na esfera municipal desempenhando a representação. A indagação que surge é: qual o caminho seguido por elas? Abandonaram a arena político-eleitoral ou deram prosseguimento às suas carreiras e lançaram-se a cargos mais altos na hierarquia institucional?

A partir dos dados coletados foi possível identificar três grupos. Um grupo denominado de “desaparecidas/*missing*”, outro definido como “derrotadas/persistentes” e um terceiro chamado de “vitoriosas”. As “desaparecidas/*missing*” são aquelas mulheres que conquistaram um mandato eletivo e depois de uma única experiência como vereadoras abandonaram a vida pública. Este foi o caso de 15 mulheres (20,8%) e essas desistentes foram mais frequentes em Manaus e Fortaleza, cinco em cada uma dessas capitais, em Porto Alegre foram quatro e no Rio de Janeiro apenas uma. Entre as “desaparecidas” encontramos duas situações: àquelas mulheres que efetivamente se retiram da vida pública depois de 4 anos como vereadoras e àquelas que tentaram reeleger-se ao final do 1º mandato, mas ao não serem bem sucedidas nas urnas, desistem da vida pública.

O grupo denominado “derrotadas/persistentes” também agrega 15 mulheres (20,8%). Como o próprio nome diz, são vereadoras que tentaram reeleger-se por mais de uma vez e foram derrotadas em todas as tentativas. Apesar dos sucessivos fracasso nas urnas, elas são persistentes e seguem tentando obter novos mandatos a cada eleição. Este caso é mais frequente no Rio de Janeiro e em Manaus, seis e quatro mulheres, respectivamente. Também temos um sub-grupo “híbrido”, são àquelas ex-vereadoras que recebem um “prêmio de consolação”. Ou seja, são vereadoras que tentaram se reeleger ou disputaram eleições para outros cargos e não obtiveram sucesso, mas mesmo assim tentam manter-se na vida política. Os partidos não as abandonam e elas são nomeadas para ocupar cargos na Administração Pública. A maioria dessas mulheres torna-se Secretária Municipal ou Estadual. O PT é o partido que mais

usa desse recurso. De certa forma, quando os partidos lançam mão dessas nomeações estão fazendo duas sinalizações: (a) o reconhecimento dessa mulher enquanto quadro partidário, e (b) o partido está fazendo um investimento nessas mulheres. Pois em outro momento, elas poderão atender a um chamado partidário e voltar a entrar no circuito eleitoral. Nesse sub-grupo “híbrido” foram identificadas oito mulheres (11,1%), a maioria com passagem pela Câmara Municipal de Porto Alegre.

Por fim, a categoria “vitoriosas”. O próprio nome já as define, são vereadoras que não só conseguiram manter-se na vida político-eleitoral, como ascenderam a cargos eletivos mais elevados. Desse grupo fazem parte 16 mulheres (22,2%), especialmente oriundas do Rio de Janeiro e de Porto Alegre. Elas conquistaram postos majoritários ou se elegeram para outros cargos legislativos. O principal destino eleitoral dessas ex-vereadoras foi a Assembléia Legislativa, onde oito tornaram-se Deputadas Estaduais, enquanto que outras atingiram cargos mais elevados, chegando ao Senado (2) e à Câmara dos Deputados (5). Apenas uma trocou a representação parlamentar pelo Poder Executivo, tornando-se Prefeita.¹³ É importante salientar que foi selecionado somente o cargo mais elevado que cada vereadora conseguiu chegar e restrito até o pleito de 2012. Aquelas que concorreram na eleição de 2014 e conquistaram novos mandatos, estes cargos não estão sendo aqui considerados.

Os achados até aqui reforçam a assertiva traçada na Introdução do presente trabalho: a vereança é a porta de entrada das mulheres para o campo da representação e é a partir de onde elas desenvolvem suas carreiras políticas. Essa afirmação encontra respaldo quando nos debruçamos sobre as trajetórias políticas das 18 mulheres que permaneceram com uma carreira local e sobre as 16 ex-vereadoras que investiram e ascenderam na hierarquia institucional. Esse grupo totaliza 47,2% das vereadoras eleitas entre 1996 e 2012. Somente uma pequena parcela (20,8%) desistiu da vida pública e para essas mulheres a vereança pode ser considerada sua porta de entrada e de saída do sistema político.

IV. Notas Conclusivas

O caminho percorrido no presente trabalho evidenciou que o campo político ainda é um reduto predominantemente masculino e às mulheres cabe um lugar à margem nas instâncias decisórias, quando lá estão. Mesmo tendo sido adotado medidas para reverter a histórica e desproporcional desvantagem de gênero, o sistema de cotas no Brasil tem se mostrado insuficiente, em que pese,

¹³ Este foi o caso de Luizianne Lins (PT), que depois de exercer o cargo de vereadora por dois mandatos consecutivos, 1996 à 2000, elegeu-se prefeita de Fortaleza em 2004 e foi reeleita em 2008. Somente em 2014, fora do período da pesquisa, conquistou seu primeiro mandato como Deputada Federal.

necessário. A política de cotas nos últimos 20 anos não tem conseguido, sozinha, reverter a arcaica e excludente estrutura de poder existente no país e a representação política feminina vem avançando muito lentamente nas três esferas - municipal, estadual e nacional. No caso das vereadoras, sua presença nas Câmaras Municipais era de 7,4% em 1992 e em duas décadas chegou a apenas 13,3%.

Com base nos dados coletados procuramos oferecer uma contribuição sobre a representação política das mulheres em nível local, enfocando as capitais brasileiras no período entre 1996 e 2012. Foi identificado que a implantação da lei de cotas impactou de forma diferenciada os resultados eleitorais nas cinco capitais selecionadas. Em Fortaleza, Goiânia e Manaus houve diminuição no percentual de mulheres eleitas entre o pleito de 1992 e o de 1996. No Rio de Janeiro o desempenho se manteve o mesmo e apenas em Porto Alegre houve crescimento entre um pleito e o outro. Também verificamos que nenhuma dessas cidades apresenta uma constante curva ascendente na base das vereadoras eleitas, ao contrário, o que fica claro é um movimento oscilante, ora há avanços ora há recuos, mostrando assim, os limites da eficácia da legislação em vigor.

Algumas variáveis foram selecionadas a fim de comparar o perfil político-partidário das vereadoras das capitais. Foi verificado que PMDB e PT são os partidos que isoladamente mais elegem mulheres para as Câmaras Municipais, o que vem ao encontro dos achados de outros estudos que afirmam que as mulheres tem mais chance de se eleger quando vinculadas a partidos grandes e/ou de esquerda. Entretanto, quando analisamos os três blocos ideológicos, percebemos que o panorama se modifica: é o campo do centro-direita que tem o predomínio no número de vereadoras eleitas nas últimas cinco eleições. Mesmo necessitando incorporar outras variáveis, uma das possibilidades explicativas é a relação entre partido/coligação que assume a Prefeitura e o desempenho obtido para o Legislativo. Cabe destacar que Porto Alegre é a exceção entre as capitais estudadas e foge ao perfil ideológico mencionado, nessa cidade o viés à esquerda é o preponderante. Também foi observado que a maioria das vereadoras mantém-se fiéis aos partidos pelos quais se elegeram e mesmo quando há migração, a maioria das representantes troca de legenda apenas uma vez. O que sinaliza que essas mulheres fazem um investimento partidário, talvez visando apoios em disputas eleitorais futuras. Reconhecendo que os partidos são atores importantes para a continuidade de carreiras políticas.

Outro dado que se revelou interessante é a cidade de origem das vereadoras, a maioria nasceu na própria capital onde conquistou assento na Câmara Municipal, especialmente no Rio de Janeiro e Manaus. Isso talvez indique que a política local é permeada por relações de proximidade e estar próxima ou fazendo parte desta comunidade seja um diferencial.

A hipótese norteadora do trabalho é que a maioria das mulheres que se elege para as Câmaras Municipais possui participação política anterior e, como desdobramento, acreditamos que a vereança é a porta de entrada das mulheres no campo da representação política e a partir de onde desenvolvem suas carreiras políticas. Para validar tal esquema, recorreremos a análise de duas variáveis. A primeira, trata da forma de ingresso das mulheres na política e a segunda, aborda sua mobilidade na carreira.

A partir do mapeamento das formas de entrada na política das vereadoras das capitais chegou-se a três “portas de ingresso”, sendo que a distribuição das representantes entre as três categorias se dá de forma bem equilibrada. As “militantes” (31,6%), mais vinculadas aos partidos de esquerda, as “herdeiras políticas” (35,5%) cujo ingresso é marcado pelos seus laços familiares, especialmente maridos e pais, e as denominadas *outsiders* (32,9%), que são aquelas mulheres que se destacam na sua vida profissional e usam desse capital específico para entrar no campo político. Os dados levantados apontam para uma pequena vantagem do grupo das “herdeiras políticas” e elas estão mais presentes em duas capitais: Rio de Janeiro e Fortaleza. A pequena prevalência das “herdeiras” leva a refutar parcialmente a hipótese inicialmente levantada.

A segunda variável analisada para validar o eixo norteador do presente trabalho refere-se à permanência ou à progressão das vereadoras na carreira política. Foi possível distinguir três grupos: as “desaparecidas/*missing*”, as “derrotadas/persistentes”, e as “vitoriosas”. Essa categoria inclui 16 vereadoras que deram continuidade às suas carreiras e conquistaram outros cargos mais elevados na hierarquia institucional, elegendo-se, na maioria das vezes, para as Assembléias Legislativas. A essas devem ser somadas as 18 vereadoras que permaneceram atuando na esfera da representação local. Isto significa que 47,2% das mulheres que iniciam como vereadoras desenvolvem uma carreira política, seja progredindo ou mantendo-se atuante na esfera municipal. Sem deixar de considerar que as mulheres que fazem parte do grupo das “derrotadas” estão permanentemente se esforçando para reconquistarem um mandato eletivo, apesar de não obterem sucesso. E que várias dessas ex-vereadoras assumem postos na Administração Pública, indicadas pelos seus partidos. Sendo assim, podemos concluir que a hipótese levantada foi parcialmente validada.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Clara. Condicionantes institucionais das políticas de cotas. In: SOARES, G. ; RENNÓ, L. (orgs.). *Reforma Política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: FGV, 2006a.

- ARAÚJO, Clara. Gênero, poder e política: rupturas e diálogos com a representação institucional. In: *Saberes e fazeres de gênero - entre o local e o global*, UFSC: Florianópolis, 2006b, pp. 207-223.
- ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 23-59.
- ARAÚJO, Clara e BORGES, Doriam. O “gênero”, os “elegíveis” e os “não-elegíveis”: uma análise das Candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: ALVES; PINTO; JORDÃO, *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/SPPM, 2012, pp.337 - 385.
- ARCHENTI, Nélide; TULA, Mária Inés. (Eds.). *Mujeres y política en América Latina: sistemas electorales y cuotas de género*. Buenos Aires: Heliasta, 2008.
- FELISBINO, Riberti de A., BERNABEL, Rodolpho T. e KERBAUY, Maria Teresa M. Somente um deve vencer: as bases de recrutamento dos candidatos à Prefeitura das Capitais brasileiras em 2008. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.21, n.41, fev/2012, pp.219-233.
- LINO, Thais B.; ALVES, José E. e SILVA, Denise B. Mulheres nas eleições para as Câmaras Municipais no Brasil em 2012. *Gênero na Amazônia*, Belém, n.4, julho-dezembro/2013, pp.51-72.
- MARENCO, André e SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v.22; n.64, jun/2007, pp.93 – 111.
- MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.18(3), setembro-dezembro/2010, pp. 653-679.
- MORITZ, Maria Lúcia e SCHULZ, Rosângela. Quando as mulheres são bem votadas: o caso das deputadas federais no RS/2010. *Revista Gênero na Amazônia*, n.4, jul – dez/2013, pp.123 - 152
- PERISSINOTTO, R. M. e MIRÍADE, A . Caminhos para o parlamento: candidatos eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. Trabalho apresentado no 32º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 27-31.out/2008. Digit.
- PINTO, Céli Regina J. Donas de casa, mães, feministas, batalhadoras: mulheres nas eleições de 1994 no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.2(2), 1994, pp. 299

SCHULZ, Rosangela e MORITZ, Maria Lúcia. Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, v.39 (2), mai – ago/2015, pp.370 – 402.

SPECK, Bruno e SACCHET, Teresa. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. ALVES; PINTO; JORDÃO. *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/SPPM, 2012, pp.167-206.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – RS (TRE/RS). Site <http://www.tre.rs.gov.br>. Acesso em 05 – 15 mai. 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Site <http://www.tse.gov.br>. Acesso em 15 – 30 mai. 2016.

Anexo 1
Lista Vereadoras Eleitas (1996 - 2012)

Porto Alegre
1) TERESA FRANCO
2) CLÊNIA MARANHÃO
3) ANA MARIA DEL HOYO NEGRONI
4) SONIA M. COELHO FELIPPE DOS SANTOS
5) MARIA DO ROSARIO NUNES
6) MARGARETE COSTA MORAES
7) MARIA CELESTE DE SOUZA DA SILVA
8) MARISTELA MAFFEI
9) SOFIA CAVEDON NUNES
10) HELENA GOMES BONUMÁ
11) MANUELA PINTO VIEIRA D' ÁVILA
12) MARISTELA MENEGHETTI
13) FERNANDA MELCHIONNA
14) JULIANA BRIZOLA
15) LOURDES SPRENGER
16) JUSSARA CONY
17) ANY ORTIZ
Rio de Janeiro
18) JUREMA DA SILVA BATISTA
19) LEILA MARIA MAYWALD
20) LUCIA HELENA PINTO DE BARROS
21) ROGERIA NANTES BRAGA BOLSONARO
22) ROSA MARIA ORLANDO FERNANDES DA SILVA
23) ELIANA MARTA RIBEIRO DA SILVA
24) LILIAM SÁ DE PAULA
25) PATRICIA AMORIM SIHMAN
26) ROSA MARIA ORLANDO FERNANDES DA SILVA
27) VERÔNICA CHAVES DE CARVALHO COSTA
28) ASPÁSIA BRASILEIRO ALCÂNTARA DE CAMARGO
29) MARIA TERESA BERGHER
30) MARCIA SANTOS DE ALENCAR TEIXEIRA
31) ANDREA DE LIMA GOUVÊA VIEIRA
32) SUELY SANTANA DA SILVA
33) NEREIDE FERREIRA PEDREGAL
34) CRISTIANE BRASIL FRANCISCO
35) CLARISSA GAROTINHO
36) CARMINHA JEROMINHO
37) VERA LINS
38) TÂNIA BASTOS
39) LAURA CARNEIRO
Goiânia

40) MARIA ROSELENE DEUSDARA CRUVINEL
41) OLIVIA VIEIRA DA SILVA
42) JACYRA ALVES MENDES
43) MARIA APARECIDA DE SIQUEIRA
44) MARIA APARECIDA GARCEZ HENRIQUE
45) MARINA PIGNATARO SANT'ANNA
46) CÉLIA VALADÃO
47) TATIANA LEMOS
48) Dra. CRISTINA
Fortaleza
49) LUIZIANNE DE OLIVEIRA LINS
50) MARIA JOSE ALBUQUERQUE OLIVEIRA
51) MARIA MAGALY MARQUES DANTAS
52) PATRICIA SABOYA FERREIRA GOMES
53) NELBA ARRAIS MAIA FORTALEZA
54) GERMANA LIMA FONTENELE SOARES
55) REGINA CELY DINIZ ASSÊNCIO
56) TEREZINHA DE JESUS LIMA
57) DVANIA MATIAS FERREIRA
58) Ma. DE FÁTIMA SANTANA ARRAIS LEITE
59) ELIANE NOVAES ELEUTERIO TEIXEIRA
60) MARIA LEDA MOREIRA E SILVA
61) FRANCISCA ELIANA GOMES DOS SANTOS
62) CLAUDIA GOMES
63) TAMARA HOLANDA
64) TOINHA ROCHA
65) LUCIMAR VIEIRA MARTINS
Manaus
66) ROSALINE PINHEIRO DE LIMA
67) ANA MARIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
68) VANESSA GRAZZIOTIN
69) CARMEN GLORIA RIBEIRO DE ALMEIDA
70) MARIA REJANE GUIMARAES PINHEIRO
71) RUTH VALENTE REIS
72) LUCIA REGINA ANTONY
73) ANA CLAUDIA MELO DOS SANTOS
74) MARIA DA CONCEIÇÃO SAMPAIO MOURA
75) MARIA MIRTES SALES DE OLIVEIRA
76) MARIA DO SOCORRO SAMPAIO MOURA DA FONTOURA
77) MOCILDA DE OLIVEIRA GUIMARÃES (Cida Gurgel)
78) MARISE MENDES PEREZ
79) VILMA FLORENÇO QUEIROZ
80) ROSI MATOS
81) Professora JACQUELINE